

Intervenção do Deputado Aníbal Pires no encerramento do debate sobre o Plano e Orçamento da Região para 2015

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Em primeiro lugar quero denunciar aqui, perante este Parlamento e perante todos os açorianos a enorme demagogia e mistificação, feita pelo PS e pelo PSD, em torno do diferencial fiscal.

Depois das trocas de acusações entre os dois partidos gémeos do centrão, afinal, nem um nem outro querem, verdadeiramente, baixar os impostos aos açorianos.

E, como de costume, usam-se um ao outro como desculpa.

Se temos de condenar a atitude do PSD e do CDS/PP que, na República, se recusou a compensar as receitas que a Região perde por baixar os impostos, não podemos deixar de denunciar a inércia do PS nos Açores.

Evitando cuidadosamente falar do assunto ao longo destes dois últimos dias, PS e PSD suspiravam de alívio. O PSD por se distanciar paulatinamente da política anti-autonómica do Governo Passos Coelho/Paulo Portas e o PS vá-se lá saber porquê.

Mas não vai ser assim tão fácil... perante a atitude destes partidos, o PCP apresentou há poucas horas uma proposta para recuperar o diferencial fiscal e reduzir os impostos aos açorianos, já a partir de Janeiro de 2015. Uma proposta que vai ser votada esta noite e perante a qual o PS e PSD vão ter de se clarificar as suas posições.

Estão ou não estão dispostos a contribuir para baixar os impostos aos açorianos?

Senhora Presidente,



Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Trabalho, Trabalho justamente remunerado, trabalho com direitos. É o clamor que se ouve na Região Autónoma dos Açores. Trabalho, Trabalho justamente remunerado, trabalho com direitos é o grito do Povo Açoriano.

Como é que o Governo Regional responde a este anseio, como é que o Governo Regional responde à necessidade de políticas públicas de emprego?

A este grito pelo exercício de direito ao trabalho justamente remunerado consagrado pelas Nações Unidas na Carta dos Direitos Humanos, a este direito o Governo Regional responde com um aumento de 46% nos programas de incentivos às empresas!

Empresas que muitas vezes não contratam ninguém porque lhes é fornecida abundante mão-de-obra gratuita, sob a forma de “estágios”, empresas que muitas vezes não pagam o que é devido aos trabalhadores, pois sabem que o medo do desemprego é maior do que a revolta de trabalhar sem receber.

Empresas que muitas vezes vivem apenas do financiamento público, recebendo apoios para elaboração de projetos, aquisição de instalações e equipamentos, custos bancários e financeiros, tesouraria, matérias-primas, marketing, os transportes, custos de exportação, etc, etc, e que, como tal, também não tem de ter grandes preocupações com a rentabilidade no médio prazo. Quando terminar o período mínimo obrigatório, fecha-se a porta, põem-se os trabalhadores na rua e embolsa-se a diferença!

Mas diga-se, em abono da verdade, que não é assim para todas as empresas. Para os micro e pequenos e médios empresários, o que há são dificuldades, incógnitas, atrasos, obstáculos e decisões arbitrárias na aplicação dos programas de incentivos.

Estes apoios, estes muitos milhões de euros, destinam-se sobretudo às grandes empresas e aos grandes grupos económicos que operam na Região. Grupos que quase invariavelmente não investem um tostão dos lucros que foram financiados com o nosso



dinheiro, como prova a evolução desastrosa da Formação Bruta de Capital Fixo nos Açores nos últimos anos. Esses grupos e empresas dependentes não geram emprego, usam trabalho financiado; não criam riqueza, secam-na, desviam-na da economia regional. Mas é neles que o Governo Regional investe!

Anos e anos desta política, milhões e milhões de euros derramados neste sorvedouro e que temos para mostrar? A maior taxa de desemprego do país, uma Região cada vez mais pobre e sem perspectivas e um Governo Regional cada vez mais cego pelo nevoeiro cor-de-rosa da sua própria propaganda, a dizer que tudo está não só bem como cada vez melhor e a prometer mais do mesmo para o futuro!

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Não compactuamos com a continuação destas opções erradas. Não apoiamos a teimosia do Governo Regional e da maioria que o suporta e, por isso, iremos votar contra este Plano e Orçamento.

Defendemos, isso sim, a coragem de mudar, de fazer diferente. Reafirmamo-lo aqui: o crescimento económico e o combate ao desemprego passam forçosamente por aumentar o rendimento disponível das famílias, por aliviar os sacrifícios sobre os trabalhadores, por aumentar o poder de compra dos açorianos, para que as nossas empresas voltem a vender, a crescer e a contratar.

Esse é o rumo que defendemos, foi nesse sentido que interviemos neste debate, esse é o sentido das nossas propostas.

Propomos aumentar o Complemento Regional ao Salário Mínimo dos 5% para os 7,5%, indo à questão mais essencial de todas, que é a justa compensação pelo trabalho.



Propusemos, fora do âmbito deste Orçamento e sem que custe um cêntimo ao erário público regional, a redução dos custos de eletricidade em 10% para todos os consumidores, uma proposta que traz alívio aquele que é um dos grandes centros de custo, um pesado sacrifício para as empresas e para as famílias açorianas.

Propomos a suspensão do pagamento de todas as taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde, durante o ano de 2015, pois elas não podem servir para financiar o SRS, e estão a servir, de facto, na prática, para dificultar o acesso de muitos açorianos ao seu direito fundamental aos cuidados de saúde.

Propomos também o aumento do Complemento Regional de Pensão para os 60 Euros, o aumento do Complemento açoriano ao Abono de Família, a distribuição gratuita dos manuais escolares no ensino obrigatório, o reforço de verbas para a Ação social Escolar, como medidas que podem contribuir para melhorar o rendimento das famílias e para aliviar as suas dificuldades.

Ao apresentarmos estas propostas mostrámos que elas são possíveis. Que há dinheiro, sim, para estes aumentos. O que tem não tem havido é vontade política do Governo Regional,

As nossas propostas mostram que é possível, sim, uma política diferente para os Açores e que não estamos condenados à pobreza e ao subdesenvolvimento e que podemos ter um futuro diferente.

Disse,

Sala de Sessões, Horta, 27 de Novembro de 2014

O Deputado, do PCP

Aníbal C. Pires